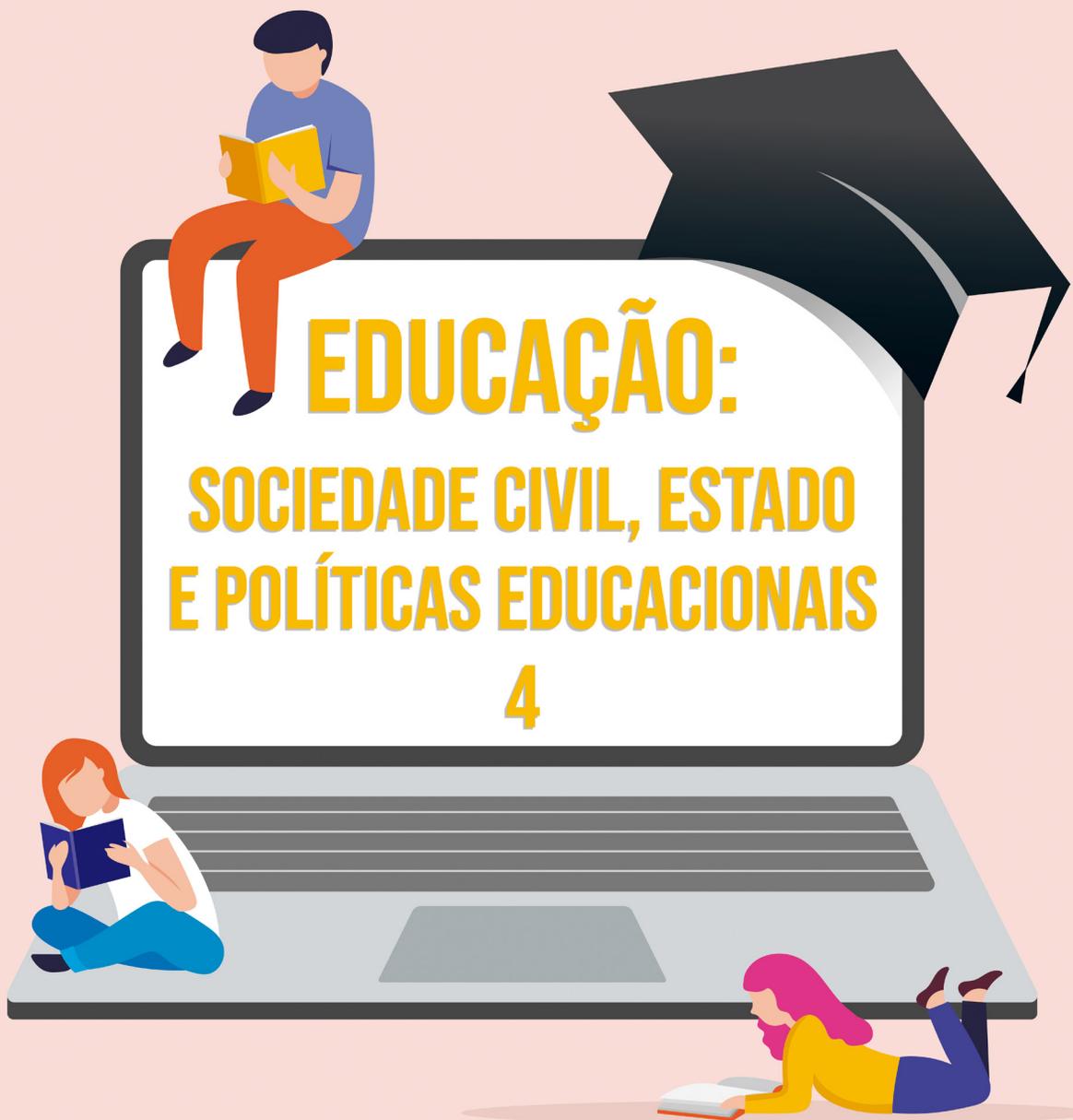


Américo Junior Nunes da Silva  
(Organizador)



Atena  
Editora  
Ano 2021

Américo Junior Nunes da Silva  
(Organizador)



Atena  
Editora  
Ano 2021

**Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da Capa**

Shutterstock

**Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

**Revisão**

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais  
Prof. Me. Alexandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein  
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz  
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará  
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie  
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa  
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba  
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão  
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecária:** Janaina Ramos  
**Diagramação:** Camila Alves de Cremo  
**Correção:** Kimberly Elisandra Gonçalves Carneiro  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizador:** Américo Junior Nunes da Silva

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

E24 Educação: sociedade civil, estado e políticas educacionais 4  
/ Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta  
Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-777-2

DOI 10.22533/at.ed.772212901

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da  
(Organizador). II. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

## APRESENTAÇÃO

Fomos surpreendidos em 2020 pela pandemia do novo coronavírus. Nesse entremeio de suspensão de atividades e de distanciamento social, fomos levados a repensar as nossas relações e a forma de ver o mundo. Mesmo em 2021 e com a recente aprovação do uso emergencial das vacinas no Brasil, seguimos um distanciamento permeado por angústias e incertezas: como será o mundo a partir de agora? Quais as implicações do contexto pandêmico para as questões sociais, sobretudo para a Educação no Brasil? Que políticas públicas são e serão pensadas a partir de agora em nosso país?

E é nesse lugar histórico de busca de respostas para as inúmeras problemáticas postas nesse período que estão os autores e autoras que compõe esse livro. Sabemos, partindo do que nos apresentaram Silva, Nery e Nogueira (2020, p. 100), que as circunstâncias do contexto pandêmico são propícias e oportunas para construção de reflexões sobre os diversos “aspectos relativos à fragilidade humana e ao seu processo de ser e estar no mundo, que perpassam por questões culturais, educacionais, históricas, ideológicas e políticas”. Essa pandemia, ainda segundo os autores, fez emergir uma infinidade de problemas sociais, necessitando assim, de constantes lutas pelo cumprimento dos direitos de todos.

Esse movimento sistemático de olhar para as diversas problemáticas postas na contemporaneidade, faz desencadear o que o que Santos (2020, p. 10) chamou de “[...] claridade pandêmica”, que é quando um aspecto da crise faz emergir outros problemas, como os relacionados à sociedade civil, ao Estado e as políticas públicas, por exemplo. É esse, ainda segundo o autor, um momento catalisador de mudanças sociais. Direcionar e ampliar o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas postos pela contemporaneidade, portanto, é um desafio, aceito por muitas professoras e professores pesquisadores brasileiros, como os compõe esse livro.

Destarte, as discussões empreendidas nesta obra, “**Educação: Sociedade Civil, Estado e Políticas Educacionais**”, por terem a Educação como foco, como o próprio título sugere, torna-se um espaço oportuno de discussões e (re)pensar da Educação, considerando os diversos elementos e fatores que a inter cruzam. Reúne-se aqui, portanto, um conjunto de textos originados de autores e autoras de diferentes estados brasileiros e países.

Os autores e autoras que constroem essa obra são estudantes, professoras e professores pesquisadores, especialistas, mestres, mestras, doutores ou doutoras que, muitos, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos autores/autoras e discussões por eles e elas empreendidas, mobilizam-se também os leitores/leitoras e os incentiva a reinventarem

os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a educação brasileira. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e todas uma instigante e provocativa leitura!

Américo Junior Nunes da Silva

## REFERÊNCIAS

SILVA, A. J. N. DA; NERY, ÉRICA S. S.; NOGUEIRA, C. A. Formação, tecnologia e inclusão: o professor que ensina matemática no “novo normal”. **Plurais Revista Multidisciplinar**, v. 5, n. 2, p. 97-118, 18 ago. 2020.

SANTOS, B. S. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almedina, 2020.

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

#### DA EDUCAÇÃO HUMANÍSTICA À ESCOLA HUMANITÁRIA

Oscar Palacios Acosta

Sandra Saiz Ucros

**DOI 10.22533/at.ed.7722129011**

### **CAPÍTULO 2..... 13**

#### UNIVERSIDADES E AS NOVAS REGULAMENTAÇÕES SOBRE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Soraia Selva da Luz

Claudio José Amante

Geralda Magella de Faria Rossetto

**DOI 10.22533/at.ed.7722129012**

### **CAPÍTULO 3..... 26**

#### O LÚDICO COMO ESTRATÉGIA DE ENSINO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NUMA ESCOLA DE PRESIDENTE KENNEDY-ES

Ivanete Alves Baptista

Sônia Maria da Costa Barreto

**DOI 10.22533/at.ed.7722129013**

### **CAPÍTULO 4..... 38**

#### AS PRÁTICAS EXTENSIONISTAS NA FORMAÇÃO DE UMA EGRESSA: UM OLHAR SOBRE A DOCÊNCIA SUPERIOR

Denise Puglia Zanon

Maristella de Fátima GebelUCA

Viviane Aparecida Bagio

Maiza Taques Margraf Althaus

Karina Regalio Campagnoli

**DOI 10.22533/at.ed.7722129014**

### **CAPÍTULO 5..... 48**

#### EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO ENSINO FUNDAMENTAL: UMA RELAÇÃO INTERDISCIPLINAR

Camila Luiza Silva

Gilson Luiz Rodrigues Souza

**DOI 10.22533/at.ed.7722129015**

### **CAPÍTULO 6..... 56**

#### EDUCACIÓN VIRTUAL: CONSIDERACIONES ACERCA DE LA COMUNICACIÓN EN ENTORNOS VIRTUALES

Mirta Gladis Fernández

María Viviana Godoy

**DOI 10.22533/at.ed.7722129016**

<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>65</b>
FORMAÇÃO POLICIAL COMPARADA: REFLEXÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA POLÍCIA ALEMÃ	
Benôni Cavalcanti Pereira	
Emílio Luiz Sukar Neto	
Andreas Schurig	
Andreas Krauss	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7722129017</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>78</b>
OS DESAFIOS NA ARTICULAÇÃO ENTRE ALUNO E DOCENTE DE GEOGRAFIA: UMA ANÁLISE PRÁTICA NA REDE PÚBLICA DE ENSINO DE LONDRINA	
Macon Jeferson Aguiar Coelho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7722129018</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>92</b>
VULNERABILIDAD DERIVADA DEL TRABAJO PRODUCTIVO Y REPRODUCTIVO EN SECUNDARIAS	
Laura Gabriela Acosta Calderón	
María Cristina Chávez Rocha	
Argelia Antonia Ávila Reyes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7722129019</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>101</b>
UMA ANÁLISE DAS IMPLICAÇÕES DA LÓGICA DO CAPITAL NA EDUCAÇÃO	
Marcelo Rocha Meira	
Andréia Moreira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.77221290110</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>111</b>
ESTUDOS CULTURAIS, ENSINO E DIVERSIDADES SURDOS UNIVERSITÁRIOS: REFLEXÃO NA UNIVERSIDADE	
Geraldo Venceslau de Lima Junior	
Karine Martins Cunha Venceslau	
Natalia Diniz Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.77221290111</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>116</b>
O ENSINO DAS TRANSFORMAÇÕES QUÍMICAS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA A PARTIR DE ANIMAÇÕES E BRINQUEDO POPULAR	
Artur Albino de Andrade	
Pollyana Cristina Alves Cardoso	
Antônio Fernandes Nascimento Junior	
<b>DOI 10.22533/at.ed.77221290112</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>125</b>
RELATO DE EXPERIÊNCIA: DESAFIOS E OPORTUNIDADES NA MONITORIA DE	

**QUÍMICA GERAL NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM DOS ACADÊMICOS DE ENGENHARIA DE ENERGIA**

Markus Antonio de Oliveira Porangaba

Natalia Angelita Albuquerque de Melo

Izabella Colatino de Lima Veiga

Amanda Santana Peiter

**DOI 10.22533/at.ed.77221290113**

**CAPÍTULO 14..... 131**

**O ALUNO COMO PROTAGONISTA: METODOLOGIAS ATIVAS DE APRENDIZAGEM EM CURSOS DE GESTÃO ORGANIZACIONAL**

Adriana dos Santos Reis Lemos

Laís Nascimento dos Santos

Karina Vlasak Rodrigues Guimarães Vieira

Tháisa Ferreira dos Santos

Iago Ervelee da Silva Lima

**DOI 10.22533/at.ed.77221290114**

**CAPÍTULO 15..... 142**

**A FORMAÇÃO DO SUJEITO-LEITOR NO ENSINO FUNDAMENTAL: CONTRIBUIÇÕES DAS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS**

Bárbara Arcanjo Campos

**DOI 10.22533/at.ed.77221290115**

**CAPÍTULO 16..... 154**

**CORRELAÇÕES ENTRE AS PRESCRIÇÕES CURRICULARES DE MÚSICA NO DISTRITO FEDERAL**

Sara Paraguassú Santos do Vale

Marcus Vinícius Medeiros Pereira

**DOI 10.22533/at.ed.77221290116**

**CAPÍTULO 17..... 165**

**UMA EXPERIÊNCIA ACADÊMICA COMO MONITOR NA DISCIPLINA DE DINÂMICA DAS MÁQUINAS**

Miryam Torres dos Santos Cunha

Ramon de Lima Vila Nova

Thailys Campos Magalhães

Ana Carolina de Santana Moura

Tertuliano Ferreira Moreno

**DOI 10.22533/at.ed.77221290117**

**CAPÍTULO 18..... 170**

**OS DESAFIOS ENFRENTADOS POR VELHOS QUE BUSCAM ESTUDAR: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

Andressa Borges Xavier

Ana Gabriela Ferreira Brito

Wesquisley Vidal de Santana

Alexsandra Cardoso Souza

Ingridy Diaquelem Ramos Sousa  
Priscilla Rodrigues Caminha Carneiro  
Luiz Sinésio Silva Neto  
Neila Barbosa Osório  
Ladislau Ribeiro do Nascimento

**DOI 10.22533/at.ed.77221290118**

**CAPÍTULO 19..... 178**

**DISCIPLINA PARA O FUTURO. REFLEXÕES E PRÁTICAS EM EDUCAÇÃO DESIGN**

Andrea Carri Saraví  
Valentina Perri

**DOI 10.22533/at.ed.77221290119**

**CAPÍTULO 20..... 185**

**PRODUÇÃO DE BIODIESEL A PARTIR DE ÓLEO VEGETAL**

Thailys Campos Magalhães  
Tertuliano Ferreira Moreno  
Miryam Torres dos Santos Cunha  
Ana Carolina de Santana Moura  
Amanda Santana Peiter

**DOI 10.22533/at.ed.77221290120**

**CAPÍTULO 21..... 193**

**PROPOSTA DE CONSERVAÇÃO DE LÂMINAS CONFECCIONADAS PELA TÉCNICA DE KATO-KATZ, NA ELABORAÇÃO DE UM ACERVO DIDÁTICO PARA AULAS PRÁTICAS DA DISCIPLINA DE PARASITOLOGIA CLÍNICA**

Joao Victor Umbelino dos Santos  
Keylla Lavínia da Silva Oliveira  
Allysson Firmino de França Farias  
Bianca Rodrigues Melo da Silva  
Wagner José Nascimento Porto  
Cláudia Maria Lins Calheiros

**DOI 10.22533/at.ed.77221290121**

**SOBRE O ORGANIZADOR..... 202**

**ÍNDICE REMISSIVO..... 203**

# CAPÍTULO 2

## UNIVERSIDADES E AS NOVAS REGULAMENTAÇÕES SOBRE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

*Data de aceite: 26/01/2021*

*Data de submissão: 08/11/2020*

### **Soraia Selva da Luz**

Universidade Federal da Santa Catarina  
Florianópolis – Santa Catarina  
<http://lattes.cnpq.br/5632738367593344>

### **Claudio José Amante**

Universidade Federal da Santa Catarina  
Florianópolis – Santa Catarina  
<http://lattes.cnpq.br/4072691666603411>

### **Geralda Magella de Faria Rossetto**

Universidade Federal da Santa Catarina  
Florianópolis – Santa Catarina  
<http://lattes.cnpq.br/4370737434277404>

**RESUMO:** O objetivo deste estudo bibliométrico foi selecionar, de forma estruturada, um portfólio bibliográfico relevante e relacionado ao tema “proteção de dados pessoais”, capaz de responder em que estágio se encontra a regulamentação sobre a matéria no Brasil e na União Europeia (UE) e, ao mesmo tempo, identificar algumas ações realizadas por universidades que visam a sua adaptação às novas regulamentações sobre a matéria. Para alcançar esse objetivo foi utilizado o método teórico de intervenção Knowledge Development Process – Constructivist (Proknow-C). Como resultado, chegou-se a um portfólio bibliográfico de 16 publicações alinhadas aos eixos norteadores da pesquisa, que compuseram a base do referencial teórico deste artigo e contribuíram para gerar

conhecimento sobre o tema.

**PALAVRAS-CHAVE:** Proteção de dados pessoais, GDPR, LGPD, universidades, Proknow-C.

### UNIVERSITIES AND NEW REGULATIONS ON THE PROTECTION OF PERSONAL DATA

**ABSTRACT:** The goal of this bibliometric study is to select, in a structured way, a bibliographic portfolio relevant and related to the topic of “personal data protection” that is able to respond about the stage in which the regulations over this matter are in Brazil and The European Union (EU) and, at the same time, to identify some actions taken by universities that aim to adapt them to the new regulations on the matter. To do so, the theoretical intervention method was used ‘Knowledge Development Process – Constructivist’ (Proknow-C). A bibliographic portfolio of 16 publications guided by the same principles of the research was built as a result, and are also part of the basis of the theoretical framework for this article and contributed to create further knowledge on this topic.

**KEYWORDS:** Personal data protection, GDPR, LGPD, universities, Proknow-C.

## 1 | INTRODUÇÃO

O desenvolvimento científico e tecnológico em expansão, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, contribuiu para ratificar a necessidade de se organizar os

dados e conhecimentos registrados pela humanidade. Até pouco tempo, todas as partes envolvidas e os meios necessários para uma operação de tratamento de dados estavam geograficamente localizados no mesmo país. “O problema de potenciais conflitos de jurisdição quase não existia e a aplicação do princípio da territorialidade era suficiente para a proteção dos dados pessoais dos indivíduos” (HERT & CZERNIAWSKI, 2016, p. 230).

A expansão informacional e o crescimento do mercado global modificaram o modo como a sociedade e o poder público tratam dados e informações. O dado pessoal passou a ser um dos insumos mais importantes para a economia, visto que há produção de dados em toda atividade desenvolvida. “O controle e tratamento desses dados conduz o mercado a se beneficiar com a circulação de informação como instrumento que permite o uso eficiente dos recursos disponíveis para a produção e consumo” (SOUZA, BARRANCOS & MAIA, 2019, p. 242).

No âmbito da sociedade da informação, a disciplina de proteção de dados pessoais surge com o objetivo de resguardar os indivíduos contra possíveis riscos advindos do tratamento de seus dados pessoais, que ameaçam a sua personalidade. Essa disciplina tem vinculação direta com os temas “privacidade”, “segurança da informação” e “proteção de dados” propriamente dita. A privacidade guarda sentido com a liberdade negativa; a proteção de dados com a liberdade positiva, enquanto a segurança tem abertura com ambas.

Se por um lado, o acesso à informação, com regulamentação própria em diversos países – no Brasil pela Lei n. 12.527/2011 – busca promover participação social e transparência, é reconhecido mundialmente no âmbito dos direitos sociais, econômicos e culturais e se constitui como um direito humano e uma ferramenta importante no combate à corrupção; por outro lado, embora pareça contraditório, os dados pessoais precisam ser tutelados, a fim de proporcionar segurança à privacidade de seus titulares, inclusive na esfera pública.

Para equilibrar essa equação, muitos países têm se preocupado com o tema. Conforme Greenleaf (2019), atualmente, 132 países, de quase todas as regiões do mundo, possuem uma lei de privacidade de dados. Para Jourová (2018), muitas dessas leis tendem a se basear em elementos comuns, como uma legislação abrangente, um conjunto de direitos aplicáveis, a criação de uma autoridade supervisora independente.

No contexto internacional, verificam-se nos Estados Unidos e na União Europeia as duas principais vertentes normativas sobre a proteção de dados:

Enquanto os Estados Unidos inspiram ordenamentos com proteção mais liberal, baseados na governança pelo mercado e na perspectiva do usuário como consumidor, a normatividade europeia é mais fundada em direitos, buscando considerar todos os aspectos da individualidade e da cidadania dos usuários (MASILI, 2018, p. 41).

Levando-se em conta a aplicabilidade extraterritorial do Regulamento Geral

sobre Proteção de Dados (GDPR – sigla em inglês) da União Europeia (UE) e o volume considerável de agentes do setor comercial brasileiro com bases nos Estados-Membros da UE, o GDPR impôs maior pressão sobre o Brasil que as leis americanas (MASILI, 2018).

Esse brotar de regulamentações acerca da proteção de dados pessoais, que se estabeleceu em muitos países, trouxe consigo algumas tensões, sobretudo, no que diz respeito à conformidade das organizações públicas e privadas com essas normativas, que, no geral, impõem duras penas aos responsáveis por seu descumprimento.

As universidades, enquanto instituições que recebem, processam, combinam, arquivam, e, em tal razão, controlam os dados pessoais de seus estudantes, funcionários e, muitas vezes, da comunidade externa envolvida em projetos de ensino, pesquisa e extensão, devem também se adequar às regras estabelecidas sobre o tema, e, caso pretendam se aventurar na internacionalização de suas atividades, devem ainda procurar não ferir as legislações dos países bases de seus parceiros internacionais.

Esta pesquisa intenta conhecer em que estágio se encontra a regulamentação sobre a proteção de dados pessoais no Brasil e na União Europeia e apresentar ações preliminares desenvolvidas por algumas universidades na busca pela adaptação a essas novas regulamentações.

## 2 | FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Como informa Masili (2018), a definição de privacidade se modificou no tempo, novas configurações sociais passaram a exigir o reconhecimento de direitos inéditos e ajustes legais passaram a ser constantes na pretensão de acompanhar as novas demandas da realidade. O conceito de privacidade como o ‘direito de ser deixado só’ evoluiu para uma concepção fundada na autodeterminação do titular sobre as suas informações pessoais. A privacidade passou a ser reconhecida como o ‘direito de escolher o que se está disposto a revelar aos outros’.

Contudo, “esse direito à privacidade é visto como sendo desafiado pela economia digital e pelo processamento de dados” (MATTOO & MELTZER, 2018, p. 772, tradução nossa). Assim, o rápido avanço tecnológico e científico das últimas décadas do século XX fez acelerar, de maneira global, a necessária atualização legal em matéria de proteção de dados pessoais.

A regulamentação acerca da proteção de dados surge então com o “objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade com finalidade de garantir transparência, quanto à circulação de dados e informações, de forma clara, precisa e facilmente acessível” (SOUZA, BARRANCOS & MAIA, 2019, p. 240).

Segundo Hert e Czerniawski (2016), nas décadas de 1980 e 1990, destacaram-se como normativas de proteção de dados no cenário europeu a Convenção 108 do Conselho da Europa para a proteção de indivíduos no processamento automatizado de

dados pessoais, e a Diretiva 95/46/CE, do Parlamento e Conselho europeus, relativa à proteção das pessoas singulares no tratamento de seus dados pessoais. O Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (GDPR) decorreu desse panorama legal e foi também influenciado por veredictos do Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE) e amplamente discutido por comunidades comerciais, incluindo àquelas envolvidas com serviços on-line e o mercado digital (DAS, 2018).

Em 27 de abril de 2016, substituindo a Diretiva 95/46/CE, depois de um longo período de incubação que vinha desde 2012, foi finalmente publicado o GDPR, dispendo sobre a “proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados” (UNIÃO EUROPEIA, 2016, p. 1). A norma, no entanto, só entrou em vigor dois anos mais tarde, em 25 de maio de 2018, após um período de carência para conformidade e transição para um regime de privacidade de dados mais seguro.

O regulamento, que concede direitos aos titulares de dados, se funda em princípios como licitude, lealdade e transparência; limitação das finalidades; minimização dos dados; exatidão; integridade; confidencialidade e responsabilidade (UNIÃO EUROPEIA, 2016, p. 36).

Uma das mais discutidas implicações do GDPR diz respeito ao seu caráter de abrangência extraterritorial, uma vez que afeta também a transferência internacional de dados e, por conseguinte, a economia de países que não fazem parte da UE. Para Schwartz (2019), o Regulamento Geral é amplamente considerado como uma lei de privacidade não apenas para a UE, mas para o mundo. E um dos motivos do peso dessa influência é concernente ao poder de mercado da UE sobre as demais nações.

Mattoo & Meltzer (2018), explicam que para proteger a privacidade dos indivíduos residentes no território da União Europeia o tratamento de seus dados pessoais fora do bloco só é permitido sob algumas condições: se o país não pertencente à UE adotar um regime de privacidade cujo nível de proteção seja ‘essencialmente equivalente’ ao garantido pelo GDPR, ou se os responsáveis pelo tratamento de dados aceitarem Regras Corporativas Vinculativas (RCV), projetadas para empresas multinacionais moverem dados globalmente, ou usarem Cláusulas Contratuais Padrão (CCP), para transações específicas. Essas condições, entretanto, desafiam principalmente os países em desenvolvimento, pois “uma lei nacional de privacidade baseada no GDPR imporá o mesmo alto padrão a todas as empresas, mesmo quando dedicadas apenas ao mercado interno” (MATTOO & MELTZER, 2018, p. 769, tradução nossa). O RCV e o CCP, por sua vez, são opções caras e demoradas. Isso poderia prejudicar a eficiência e o desenvolvimento do mercado e inibir o fluxo de informações.

Uma abordagem alternativa envolveria acordos de negociação, como o Escudo de Privacidade UE-EUA, pelo qual a UE reconheceu os mecanismos de avaliação de conformidade dos EUA. Os acordos representam uma barganha, em que o país de destino dos dados promete proteger a privacidade dos estrangeiros, de acordo com seus padrões

nacionais e, em troca, o país de origem se compromete a não restringir o fluxo de dados. Além desses acordos, são também permitidas as transferências de dados para países terceiros por meio das chamadas derrogações do GDPR, que, porém, não podem ser qualificadas como frequentes ou massivas.

Assim, “de forma negativa, o GDPR parece ser um exterminador de negócios de dados. De forma positiva, impõe uma abordagem de governança de dados, na qual empresas projetam cuidadosamente a estratégia de negócios para usar os dados de maneira responsiva e parcimoniosa”, (HOOFNAGLE, SLOOT & BORGESIUS, 2019, p. 76, tradução nossa). Entretanto:

A convergência regulatória global em torno do padrão de privacidade do GDPR é improvável. Um dos motivos é porque a concepção de privacidade da UE como um direito humano fundamental, [...] é um produto da história e da trajetória cultural da UE, das quais muitos outros países não compartilham. (MATTOO & MELTZER, 2018, p. 770)

Salienta-se que mesmo quando outros países consideram a privacidade um direito humano, ela tende a ser comparada a outros direitos, como à informação, por exemplo. Essa ponderação leva a distintos níveis de proteção à privacidade em diferentes países. O GDPR, que reflete um equilíbrio específico entre a privacidade e as oportunidades econômicas na UE, dificilmente será ideal para os países em desenvolvimento (MATTOO & MELTZER, 2018).

Contudo, dados levantados em Greenleaf (2019, p.14, tradução nossa) demonstram que “132 jurisdições têm leis de privacidade de dados que cobrem o setor privado e o setor público na maioria dos casos, e que atendem pelo menos aos padrões formais mínimos baseados em acordos internacionais”. Dentre esses países figura o Brasil. Ao menos outros 28 países têm projetos de leis oficiais sobre o tema e muitos outros estão atualizando ou substituindo as leis existentes (GREENLEAF, 2019).

Conforme relata Masili (2018), com relação às convenções internacionais, o Brasil é signatário de diferentes tratados relacionados à proteção da privacidade, como a Convenção Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e o Pacto de San José da Costa Rica. Além disso, o país se juntou às Nações Unidas na discussão sobre proteção à privacidade, participando ativamente da elaboração da Resolução 68/167 sobre a privacidade na era digital.

Até 2018, verifica-se que o tratamento da matéria de proteção à privacidade e do direito à informação no Brasil ocorreu com base em princípios e normas contidos na Constituição Federal de 1988, como o sigilo de correspondência, o sigilo bancário e o mecanismo do Habeas Data. Há ainda questões tratadas no Código Civil, no Código de Defesa do Consumidor e em leis e regulamentos associados a situações específicas, como o Marco civil da Internet, a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei da Transparência e a Lei de Acesso à Informação (MASILI, 2018). Entretanto, a autora ressalta que esses institutos

não são suficientes para impedir o uso indiscriminado dos dados pessoais no Brasil.

A fim de harmonizar o cenário legal brasileiro e de promover mais segurança jurídica sobre a matéria, com uma norma própria para a tutela dos dados pessoais, foi sancionada no Brasil a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, que reflete em grande parte as recomendações do Regulamento europeu. A Lei brasileira, de número 13.709, foi publicada em 14 de agosto de 2018 e, tal como o GDPR, estabeleceu um período (18 meses da data de sua publicação) para que as organizações e instituições públicas e privadas se adaptassem às suas regras. Assim, a LGPD, que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais por pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural (BRASIL, 2018, p.1), passaria a vigorar em sua plenitude em fevereiro de 2020. Esta data, entretanto, sofreu várias alterações.

A Medida Provisória (MP) n. 869 de 2018, convertida na lei n. 13.853, de 8 de julho de 2019, que alterou a LGPD sobretudo no que diz respeito à criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados, definiu que os artigos relativos à essa Autoridade e ao Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade entrariam em vigor em 28 de dezembro de 2018. Os demais artigos, passariam a vigorar vinte e quatro meses após a data da publicação da lei. Porém, outra MP, a de n. 959 de 2020, que estabelecia a operacionalização do pagamento do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda e do benefício emergencial para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da Covid-19, alterou a entrada em vigor dos demais artigos para 3 de maio de 2021, mudança esta não confirmada quando da conversão da tal MP na lei n. 14.058, de 17 de setembro de 2020. Por fim, a lei n. 14.010, de 10 de junho de 2020, que dispõe sobre o Regime Jurídico Emergencial e Transitório das relações jurídicas de Direito Privado (RJET) no período da pandemia da Covid-19, definiu que os artigos 52, 53 e 54, que tratam das sanções administrativas aplicáveis aos agentes de tratamento de dados, em razão das infrações cometidas às normas previstas na LGPD, entrarão em vigor somente em 1º de agosto de 2021. Assim tem-se que:

Quanto aos artigos:	Entrada em vigor	Definido pela lei:
55-A, 55-B, 55-C, 55-D, 55-E, 55-F, 55-G, 55-H, 55-I, 55-J, 55-K, 55-L, 58-A e 58-B	28/12/2018	13.853/2019
52, 53 e 54	01/08/2021	14.010/2020
Demais artigos da LGPD	24 meses após publicação	13.853/2019

Tabela 1 - Entrada em vigor da LGPD conforme estabelece o seu art. 65.

Fonte: elaborada pelos autores.

Fundamentam a LGPD o respeito à privacidade; a autodeterminação informativa, a liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião; a inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem; o desenvolvimento econômico e tecnológico e a inovação; a livre iniciativa, a livre concorrência e a defesa do consumidor; os direitos humanos, o livre desenvolvimento da personalidade, a dignidade e o exercício da cidadania pelas pessoas naturais (BRASIL, 2018, p.1).

Quanto aos aspectos que envolvem a proteção da privacidade:

[...] busca modificar a cultura do sigilo para o controle de dados e informações, colocando o consentimento como instrumento capaz de permitir a circulação dos mesmos, tornando-o instrumento de garantia dos direitos de liberdade, intimidade e privacidade. Isto porque o consentimento possibilita a mudança de eixo da estrutura da privacidade constituída pelo cidadão, informação e segredo, para o eixo da tríade cidadão, informação e controle. (SOUZA, BARRANCOS & MAIA, 2019, p. 249).

A Lei Geral determina os direitos do titular e as hipóteses de tratamento de seus dados pessoais. Para assegurar o respeito a esses direitos, é prevista a aplicação de sanções administrativas aos responsáveis pelo tratamento, que:

[...] deverão formular novas políticas para se adequarem à Lei, estabelecendo novas condições para a organização em relação ao seu regimento de funcionamento, procedimentos, incluindo termos para reclamação e petições dos titulares dos dados, além de implementações de normas de segurança, padrões técnicos, obrigações específicas para os envolvidos no tratamento de dados, ações educativas para seus empregados e supervisão de riscos do negócio (PIURCOSKY, COSTA, FROGERI & CALEGARIO, 2019, p. 93).

Com relação às normas de proteção de dados nas universidades, verifica-se real necessidade de implementação. “De acordo com o Relatório de Índice de Violação de Dados<sup>1</sup>, quando se trata dos setores em que estão ocorrendo incidentes de violação de dados, a educação fica em quarto lugar” (DINU, 2018, p. 30).

As universidades coletam informações pessoais de alunos e funcionários, assim como de parceiros e fornecedores externos e são confrontadas com as crescentes preocupações com a privacidade da sua comunidade, que espera o cumprimento das normas de privacidade (NETSHAKHUMA, 2019).

Para Borgman (2018), todas as funções universitárias exigem o manuseio de informações pessoais. Os dados tratados são utilizados para pesquisa, ensino, administração, desenvolvimento de parcerias e planejamento estratégico. Para proteger os dados relativos às suas atividades e garantir os direitos dos titulares, “as universidades devem avaliar e revisar seu ecossistema de dados pessoais e saber com quem e de que maneira eles interagem” (DINU, 2018, p. 30, tradução nossa), iniciando por um mapeamento dos possíveis elementos desse ecossistema, que, para o autor, podem ser:

1 Breach Level Index Report: Poor Internal Security Practices Take a Toll, Findings from the first half of 2017, Gemalto, New York, 2017.

[...] o sistema central de informações de gerenciamento e infraestrutura de TI; ferramentas curriculares e ambientes virtuais de aprendizagem; sistemas de pagamento, gestão de refeições e transporte de estudantes ou professores; documentos do Office e ferramentas de comunicação; dados biométricos; programas de mobilidade. (DINU, 2018, p. 31, tradução nossa).

Para essas instituições se tornarem totalmente compatíveis com as novas normas, o responsável pela proteção dos dados pessoais na instituição deve ter conhecimentos legais e técnicos sobre a matéria e estar bem preparado para aplicá-los. Além disso, outros funcionários e departamentos devem estar aptos para atenderem às suas solicitações. Para tanto, Dinu (2018) sugere a disseminação de cursos *e-learning* sobre a disciplina de proteção de dados.

Exemplo do engajamento de universidades em busca da conformidade com regulamentos sobre proteção de dados é encontrado na África do Sul. A Lei de Proteção de Informações Pessoais, de nº. 4 de 2013, conhecida como POPIA, visa proteger os direitos de privacidade determinados pela Constituição do país e introduz requisitos mínimos que garantem os direitos das pessoas em relação às comunicações eletrônicas e à tomada de decisão automatizada, que regulam o fluxo de informações pessoais através das fronteiras e que viabilizam a criação de um órgão regulador da informação (NETSHAKHUMA, 2019).

As universidades sul-africanas cooperaram com o regulador de informações para formular um código de conduta em conformidade com a POPIA. Foram realizados workshops consultivos com as universidades públicas a fim de desenvolver este código, com o desejo de:

[...] otimizar como as informações pessoais são usadas na Indústria do Ensino Superior, aumentar o nível de proteção da privacidade e o nível de conformidade, garantir a implementação uniforme e adequada da POPIA no setor e alinhar o Regulador da Informação e a abordagem do Ensino Superior da África do Sul à governança da informação (NETSHAKHUMA, 2019, p. 59, tradução nossa).

Os workshops foram uma oportunidade para conscientizar e para promover a discussão sobre a necessidade de mudar políticas e procedimentos de gestão para a formação de pessoal.

Já na Croácia, pesquisa realizada por Marković, Debeljak e Kadoić (2019) em uma universidade do país procurou identificar os possíveis riscos à proteção de dados pessoais dos estudantes, que podem resultar do conhecimento limitado dessa população sobre o GDPR. O resultado encontrado demonstrou que ainda existem alguns problemas relacionados à compreensão dos conceitos básicos do Regulamento entre os estudantes. Sobre o risco, na interpretação de Gellert (2018, p. 280), “seus elementos constitutivos são duas operações distintas, porém unidas: prever eventos futuros (negativos e positivos) e tomar decisões usando-os como base”. Uma análise da matriz de risco levou Marković, Debeljak e Kadoić (2019) a concluir que a melhor estratégia para informar os

estudantes seria organizar workshops e palestras relacionadas ao GDPR a fim de diminuir a probabilidade da ocorrência de eventos futuros negativos que possam levar a decisões desastrosas e a potenciais problemas que envolvam o não cumprimento das disposições do regulamento.

Com relação às bibliotecas acadêmicas nas universidades, o seu papel “no gerenciamento de coleções mudou bastante: de guardião do conteúdo local para a intermediária do acesso por assinantes ao conteúdo hospedado em outro lugar” (REID, 2019, p. 1, tradução nossa). O desafio de manter o compromisso profissional com a privacidade se tornou um trabalho colaborativo que passa pelo compartilhamento de informações sobre a biblioteca, seus usuários e recursos.

Serviços e aplicativos de terceiros, como uma plataforma de editor de textos, exigem níveis variados de divulgação de dados pela instituição. Para o autor, equilibrar usabilidade e privacidade é uma decisão estratégica que cada negócio deve fazer. Entretanto, Reid acredita que, em contraposição ao que tem sido uma tendência predominante de uso liberal do consentimento implícito dos estudantes, é provável que o setor se torne cada vez mais atento ao GDPR.

Em se tratando das universidades públicas brasileiras, devem ficar atentas ao que institui a LGPD ao estabelecer que essas instituições devem informar as hipóteses em que realizam o tratamento de dados pessoais, “fornecendo informações claras e atualizadas sobre a previsão legal, a finalidade, os procedimentos e as práticas utilizadas para a execução dessas atividades, em veículos de fácil acesso, preferencialmente em seus sítios eletrônicos” (BRASIL, 2018, p. 7), e tomando medidas para “garantir a transparência e a boa-fé em seus procedimentos” (SOUZA, BARRANCOS & MAIA, 2019, p. 246).

### **3 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Quanto aos objetivos, esta foi uma pesquisa exploratório, uma vez que pretendeu identificar informações sobre o tema (RICHARDSON, 1999) “proteção de dados pessoais no Brasil e na União Europeia” e conhecer algumas ações relativas à proteção dos dados pessoais nas universidades. A pesquisa promoveu reflexão e contribuiu para definir o objeto e as questões que foram discutidas.

Sobre a sua natureza, foi um estudo teórico que relacionou o problema de pesquisa com conceitos, polêmicas e ideias já existentes. A análise, baseada no Portfólio Bibliográfico (PB) selecionado para a pesquisa, apresentou esclarecimentos acerca do debate empreendido no meio científico. Novo conhecimento surgiu da interação entre as publicações deste portfólio.

Para o estudo, foi realizada a coleta de dados primários em quatro bases de dados disponibilizadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), conforme delimitações estabelecidas pelos pesquisadores.

Para realizar a pesquisa foi utilizado como instrumento teórico de intervenção o Knowledge Development Process – Constructivist (Proknow-C), que é um método de seleção e análise quantitativa de referencial bibliográfico para fundamentar pesquisas científicas em qualquer área do conhecimento. Este instrumento foi idealizado por Ensslin e Ensslin (2007)<sup>2</sup> e Ensslin, Ensslin, Lacerda e Tasca, (2010)<sup>3</sup> e desenvolvido no Laboratório de Metodologias Multicritério em Apoio à Decisão (LabMCDA) do Departamento de Engenharia de Produção e Sistemas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

O Proknow-C consiste em uma sequência de procedimentos planejados e distribuídos em quatro etapas principais: a) a seleção do PB para a pesquisa; b) a análise bibliométrica do portfólio selecionado; c) a análise sistêmica; e, d) a definição da pergunta e dos objetivos da pesquisa (ENSSLIN, ENSSLIN & PINTO, 2013, p. 333). A utilização de todas as etapas depende do escopo pretendido. Para esta pesquisa, que resultou na escolha da base teórica para estudo futuro, foi observada apenas a primeira etapa.

Ressalta-se que, além do portfólio selecionado nas bases, serviram também para fundamentar esta pesquisa: a LGPD; o GDPR, os artigos de Ensslin, Ensslin & Pinto (2013) e de Richardson (1999).

## 4 | CONCLUSÃO

O avanço tecnológico e a explosão informacional colaboraram para o aumento da eficiência produtiva em várias áreas do saber e da economia global, mas também contribuíram para o desenvolvimento de uma série de novos problemas associados à diversidade de dados que passaram a ser tratados em ambientes informacionais. As interações no tratamento dos dados pessoais foram se modificando, na medida em que foi também se transformando o próprio conceito de privacidade e a cultura do sigilo.

A base legal sobre o tratamento de dados pessoais precisou ser atualizada e, com isso, muitos países passaram a consolidar ou reformar suas leis de proteção de dados pessoais na mesma linha projetada pela União Europeia, uma vez que o alinhamento com o GDPR se mostrou mais vantajoso para a manutenção ou a projeção de novas relações comerciais com os países-membros da UE. No Brasil, a LGPD reuniu regras gerais, criou direitos aos titulares de dados e obrigações aos responsáveis pelo tratamento de dados pessoais. O objetivo foi proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

A tensão agora fica por conta da implementação dessas Leis, que requer adaptações e o comprometimento não apenas dos atores diretamente responsáveis pelo tratamento de dados pessoais nas organizações, mas do engajamento de todos que lidam com ecossistemas dependentes de qualquer dado relativo à vida privada das pessoas. O

2 Ensslin, L.; Ensslin, S.R. Material didático apresentado na Disciplina: Avaliação de Desempenho do Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção da UFSC. Florianópolis: UFSC. 2007.

3 Ensslin, L.; Ensslin, S. R.; Lacerda, R. T. O.; Tasca, J. E. ProKnow-C, Knowledge Development Process- Constructivist. 2010. Processo técnico com patente pendente junto ao INPI. Brasil.

sucesso da implementação das normas passa também pelo conhecimento dos próprios titulares de dados acerca dos seus direitos.

As universidades são campo vasto para diversos tipos de tratamentos de dados pessoais no desenvolvimento de quaisquer de suas funções institucionais e têm a responsabilidade legal e ética de proteger a privacidade da comunidade universitária, enquanto buscam atender às expectativas de todas as partes interessadas.

Os impactos das novas leis são imediatos e prementes nas universidades e se refletem em obrigações de conformidade, criação de estratégias de mitigação de riscos à privacidade e desenvolvimento de planos preventivos para evitar as penalidades previstas em leis. É preciso promover oportunidades de discussão e de capacitação, conscientizar e mudar políticas e procedimentos de gestão, com a íntima cooperação de todos os envolvidos.

Essa compreensão sobre o tema da pesquisa foi amparada por uma investigação realizada sob as orientações do instrumento de intervenção ProKnow-C, que levou a criação de um portfólio bibliográfico abrangente e totalmente alinhado ao tema proposto.

A formação do PB se estruturou em três passos: a seleção de artigos relevantes e relacionados à pesquisa, a filtragem dos artigos selecionados e a realização do teste de representatividade do portfólio, e resultou em 16 publicações que contribuíram com o estudo. O uso do ProKnow-C foi determinante para estruturar a seleção das publicações científicas atualizadas que contribuíram para responder à pergunta da pesquisa e, conseqüentemente, gerar conhecimento sobre o tema “proteção de dados pessoais”.

## REFERÊNCIAS

BORGMAN, Christine L. Open data, grey data, and stewardship: universities at the privacy frontier. **Berkeley Technology Law Journal**, v. 33, n. 2, p. 365 – 412, 2018. Disponível em: [https://www.btlj.org/data/articles2018/vol33/33\\_2/Borgman\\_Web.pdf](https://www.btlj.org/data/articles2018/vol33/33_2/Borgman_Web.pdf). Acesso em: 31 jan. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm). Acesso em: 10 dez. 2019.

DAS, Anup Kumar. European union's general data protection regulation, 2018: A brief overview. **Annals of Library and Information Studies**, v. 65, p. 139-140, jun. 2018. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/32620\\_8863\\_European\\_Union's\\_General\\_Data\\_Protection\\_Regulation\\_2018\\_A\\_Brief\\_Overview](https://www.researchgate.net/publication/32620_8863_European_Union's_General_Data_Protection_Regulation_2018_A_Brief_Overview). Acesso em: 18 dez. 2019.

DINU, Mihai-Stefan. New Data Protection Regulations and Their Impact on Universities. Bucharest. In: CONFERENCE PROCEEDINGS OF »ELEARNING AND SOFTWARE FOR EDUCATION«, 14., 2018, 19 e 20 abr. 2018, p. 26 – 33.

ENSSLIN, Leonardo; ENSSLIN, Sandra Rolim; PINTO, Hugo de Moraes. Processo de Investigação e Análise Bibliométrica: Avaliação da Qualidade dos Serviços Bancários. **RAC – Revista de Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 325-349, maio/jun. 2013.

GELLERT, Raphaël. Understanding the notion of risk in the General Data Protection Regulation. **Computer Law & Security Review**, v. 34, n. 2, p. 279-288, abr. 2018. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0267364917302698>. Acesso em: 20 jan. 2020.

GREENLEAF, Graham. Global Data Privacy Laws 2019: 132 National Laws & Many Bills. **Privacy Laws & Business International Report**, p. 14-18, 2019. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=3381593>. Acesso em: 23 jan. 2020.

HERT, Paul de; CZERNIAWSKI Michal. Expanding the European data protection scope beyond territory: Article 3 of the General Data Protection Regulation in its wider context. **International Data Privacy Law**, v.6, 3ª ed. p. 230–243, jul. 2016.

HOOFNAGLE, Chris Jay; SLOOT, Bart van der; BORGESIOUS, Frederik Zuiderveen. The European Union general data protection regulation: what it is and what it means. **Information & Communications Technology Law**, 28:1, p. 65-98, fev. 2019.

JOUROVÁ, Véra. Proteção de dados: um movimento global para respeitar dados pessoais e aproveitar oportunidades de negócios, Bruxelas, 2018. Disponível em: [https://eeas.europa.eu/delegations/mozambique/46012/node/46012\\_th](https://eeas.europa.eu/delegations/mozambique/46012/node/46012_th). Acesso em: 15 jan. 2020.

MARKOVIC, Maja Gligora; DEBELJAK; Sandra; KADOIC, Nikola. Preparing Students for the Era of the General Data Protection Regulation (GDPR). **TEM Journal**, v. 8, n. 1, p. 150 – 156, fev. 2019.

MASILI, Clarissa Menezes Vaz. **Regulação do uso de dados pessoais no Brasil: Papel do usuário na defesa de um direito à tutela de dados pessoais autônomo**. 2018. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília.

MATTOO, Aaditya; MELTZER, Joshua P. International Data Flows and Privacy: The Conflict and Its Resolution. **Journal of International Economic Law**, p. 769–789. dez. 2019. Disponível em: <https://academic.oup.com/jiel/article/21/4/769/5227421>. Acesso em: 02 jan. 2020.

NETSHAKHUMA, Nkholezeni Sidney. Assessment of a South Africa national consultative workshop on the Protection of Personal Information Act (POPIA). **Global Knowledge, Memory and Communication**, v. 69, n. 1/2, p. 58-74, mai. 2019.

PIURCOSKY, Fabrício Peloso; COSTA, Marcelo Aparecido; FROGERI, Rodrigo Franklin; CALEGARIO, Cristina Lelis Leal. A lei geral de proteção de dados pessoais em empresas brasileiras: uma análise de múltiplos casos. **Suma de Negócios**, 10 n. 23, pp. 89 – 99, jul. – dez. 2019.

UNIÃO EUROPEIA. Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 – **Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados**. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?qid=1579386922267&uri=CELEX:32016R0679>. Acesso em: 20 dez. 2019.

REID, Peter. Usability and privacy in academic libraries: regaining a foothold through identity and access management. **Insights – The UKSG Journal**, 32: 33, p.1 – 8, nov. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1629/uksg.487>. Acesso em: 01 jan. 2020.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 3ª ed., 1999.

SOUZA, Rosilene Paiva Marinho de; BARRANCOS, Jacqueline Echeverría; MAIA, Manuela Eugênio. Acesso à Informação e ao Tratamento de Dados Pessoais pelo Poder Público. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.29, n.1, p.237-251, jan./mar. 2019.

SCHWARTZ, Paul M. Global Data Privacy: The EU Way. **New York University Law Review**, v. 94, p. 771 - 818, out. 2019. Disponível em: file:///C:/Users/014422-96925/Downloads/SSRN-id3468554.pdf. Acesso em: 06 dez. 2019.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Afectividade 1, 2

Alfabetização 26, 28, 29, 31, 32, 34, 35, 37, 80, 144, 149, 175, 202

Alunos 19, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 38, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 74, 78, 80, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 103, 108, 111, 112, 113, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 126, 127, 128, 129, 135, 137, 138, 139, 140, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 151, 152, 157, 159, 160, 165, 167, 168, 169, 170, 172, 174, 175, 179, 180, 181, 182, 183, 185, 189, 190, 191, 197, 198

Análise de discurso 142, 143, 153

Atividades lúdicas 26, 32, 34, 84

Autonomia discente 131

### B

Biocombustível 186, 187

Biodiesel 128, 129, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192

### C

Calidad comunicacional 56, 57, 59

Capital 4, 7, 93, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 110, 177

Classe 101, 105, 106, 137, 138

Comportamiento 8, 92, 97, 98

Comunicação visual 178, 180, 181, 182

Conhecimento pedagógico do conteúdo 154, 157, 161, 162, 163

Conservação de lâminas 193, 194

Currículo 1, 2, 5, 6, 10, 47, 55, 118, 134, 145, 149, 151, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 164, 179

### D

Desafios 67, 75, 77, 78, 83, 89, 124, 125, 127, 128, 132, 134, 135, 136, 137, 141, 152, 170, 171, 172, 173, 178, 182

Design 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184

Didática 32, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 55, 78, 81, 84, 90, 141, 161, 180, 182, 195, 197

Didática pedagógica 78

Diferencias de género 92

Dinâmica das máquinas 165, 166, 167, 168

Dinheiro 48, 52, 108

Docência 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 71, 116, 117, 118, 123, 124, 125, 126, 129, 165, 167, 169, 202

Docência no ensino superior 39

Docencia virtual 56

## **E**

Educação 1, 19, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 66, 73, 74, 76, 77, 79, 80, 83, 85, 86, 90, 101, 102, 103, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 124, 132, 134, 141, 142, 144, 145, 147, 152, 153, 154, 155, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 181, 199, 202

Educação de jovens e adultos 28, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176

Educação financeira 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55

Educación 1, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 56, 57, 58, 60, 64, 92, 93, 97, 184

Energias renováveis 127, 186, 192

Ensino de ciências 116, 117, 118, 119, 122, 123, 124, 186

Ensino e aprendizagem 45, 79, 124, 127, 137, 170, 172, 174, 186

Ensino prático de geografia 78

Escuela 1, 2, 3, 5, 6, 7, 10, 11, 12, 92, 100

Experiência acadêmica 165, 166

Extensão universitária 38, 41, 46

## **F**

Finanças 48, 49, 52, 54, 136

Formação inicial de professores 46, 116, 118, 119, 123

Formação policial 65, 66, 67, 68, 70, 71, 74, 75

## **G**

GDPR 13, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 24

Género 7, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 100

Gestão da aprendizagem 131

Gestão da sala de aula 131

## **H**

Histórias em quadrinhos 86, 142, 143, 144, 152, 153

## I

Idosos 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177

Interdisciplinar 48, 49, 54, 159, 162

Investigação 23, 44, 72, 121, 178, 179, 180, 181, 182

## K

Kato-katz 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201

## L

LGPD 13, 18, 19, 21, 22

## M

Mediação pedagógica 56

Metodologias de ensino 33, 40, 42, 45, 46, 78, 79, 80, 118, 123, 131, 133, 136, 163, 174

Metodologias lúdicas 116

Monitoria 125, 126, 127, 128, 129, 130, 165, 166, 167, 168, 169, 189

Música 34, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164

## O

Oficina temática 186

## P

Parasitologia clínica 193, 194, 195, 196, 197, 200, 201

Pedagogia 1, 2, 12, 57

Política formativa 65, 67

Práticas educativas 116, 117, 123, 152, 153

Profissional de segurança pública 65, 68

Proknow-C 13, 22

Proteção de dados pessoais 13, 14, 15, 18, 20, 21, 22, 23, 24

## Q

Química geral 125, 126

## S

Sujeito-leitor 142, 143, 145, 146, 147, 150, 151

Surdos 111, 112, 113, 114, 115

## T

Trabalho 21, 32, 33, 34, 39, 41, 42, 48, 49, 53, 54, 78, 83, 101, 102, 114, 116, 118, 121, 122, 125, 126, 131, 136, 138, 140, 144, 145, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 157, 158, 161,

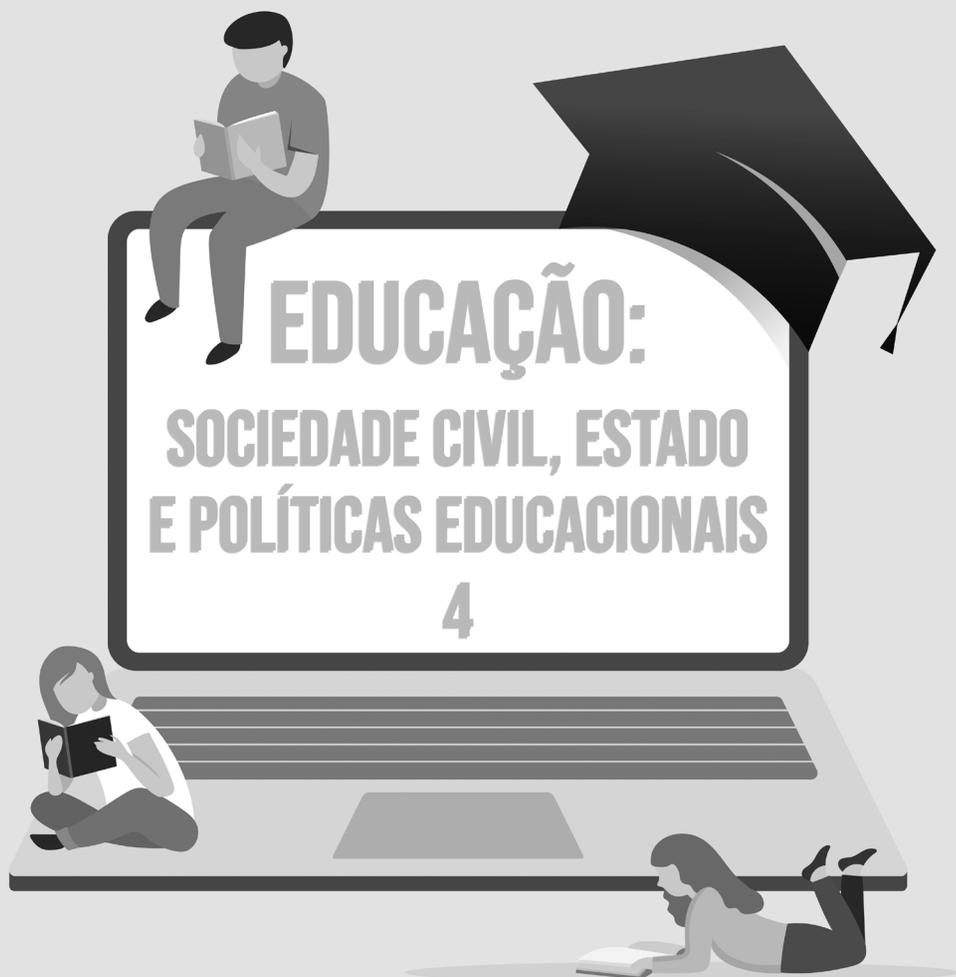
162, 163, 165, 171, 172, 174, 179, 180, 181, 182, 185, 186, 187, 198

## **U**

Universidade 13, 20, 22, 24, 36, 38, 39, 41, 42, 43, 46, 48, 55, 65, 66, 71, 72, 73, 74, 76, 78, 83, 111, 112, 113, 114, 116, 118, 123, 125, 126, 127, 130, 131, 142, 152, 154, 159, 160, 164, 165, 167, 168, 170, 177, 178, 179, 180, 183, 185, 187, 189, 191, 193, 202

## **V**

Vulnerabilidade 92, 94, 96, 98, 99, 100



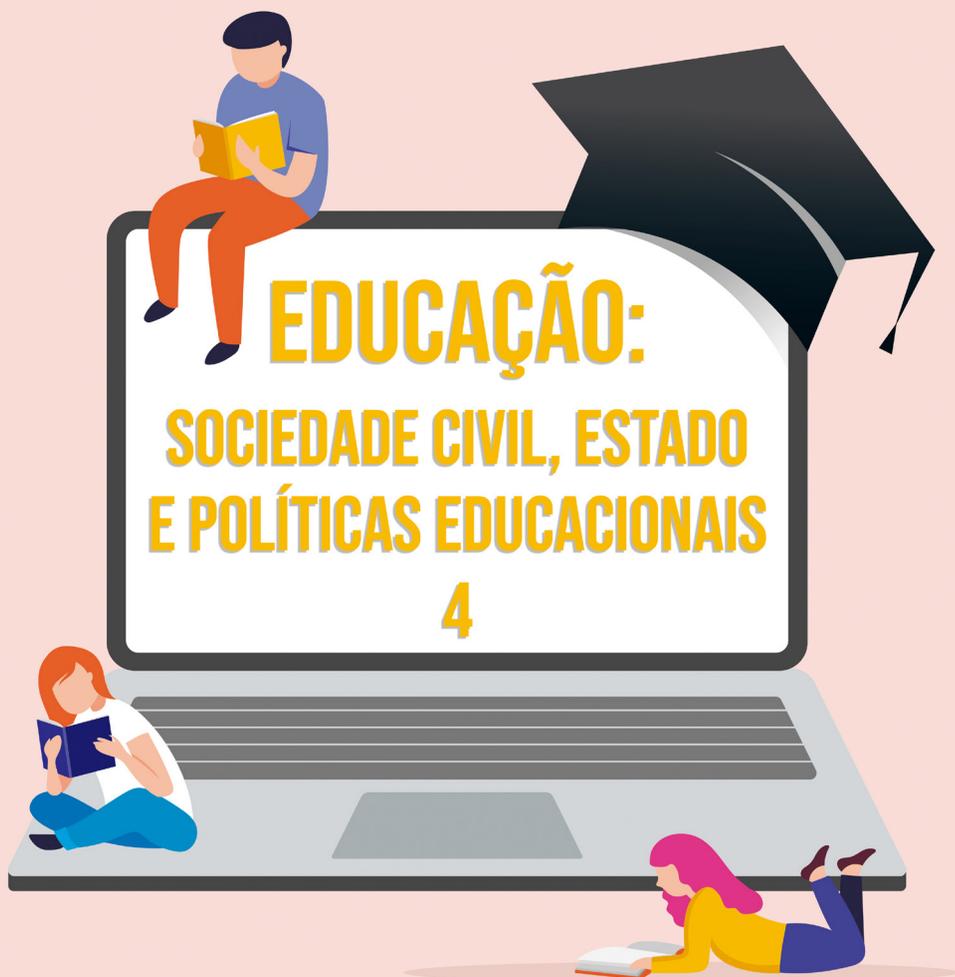
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

@atenaeditora 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

  
Ano 2021



[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

@atenaeditora 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

  
Ano 2021